

CAMARA MUNICIPAL DE COLARES

# APROVADO

Em: 30 de Junho de 2022.

*Wladimir Conceição Costa*  
Presidente

**ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLARES, REFERENTE AO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2022.**

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Colares, Estado do Pará, no prédio da Câmara Municipal de Colares, Estado do Pará no prédio da Câmara Municipal de Colares, denominado PROFESSOR RAIMUNDO SEBASTIÃO ARANHA DE OLIVEIRA, Plenário IMAR PALHETA, sito á Rua Dr. Justo Chermont, S/N, reuniram-se em caráter Ordinário os Membros do Poder Legislativo, a hora Regimental, sob a Presidência do Vereador **RÔMULO ROBSON OLIVEIRA DE OLIVEIRA-PSDB**- Substituto, Secretariado pelos Edis, **ALCINARA MARTINS SANTOS DA SILVA SOUSA-PMN** e **DANIEL LOBATO LOBO-Republicanos**- Substituto. Procedida á chamada habitual marcaram presença os Parlamentares: **JOSÉ NILDO DA SILVA GURJÃO-PSDB**; **MARCOS JORGE SIQUEIRA DOS SANTOS-PSC**; **RENATO JUNIOR DO NASCIMENTO-PDT** e **ROBERTO JUNIOR DE MORAES LOBATO-MDB**. Ausente os Edis **LILIANNY RODRIGUES DE OLIVEIRA-PSDB** e **WLADIMIR CONCEIÇÃO COSTA-MDB**, que justificaram suas ausências. Constatando haver quórum o Presidente rogando a Deus e a virgem do Rosário declarou aberta a presente sessão. A leitura bíblica realizada pelo segundo Secretário em exercício, foi o evangelho do livro de Jesus Cristo, escrito por São João capítulo 15, versículos de 12 a 17. Foram lidas, discutidas, votadas e aprovadas por unanimidade, as Atas da Sessão Solene em homenagem a seleção Masculina de Handebol Master e Seleção Sub-18 do Município de Colares. Leu-se os expedientes; OF N° 22/2022, Secretaria Executiva do CMDCA; OF N° 345/2022, Secretário Municipal de Administração, trazendo em anexo o Projeto de Lei N° 02/2022, que dispõem sobre as Diretrizes Orçamentarias (LDO) 2023; OF N° 013/2022- Conselho Municipal Escolar; OF N°103/2022-Secretaria Municipal de Meio Ambiente; OF N° 766/2022; Secretaria Municipal de Saúde; OF N° 17/2022- Secretaria Municipal do CMDCA; OF N° 144/2022- Ministério Público do Estado do Para e OF N12/2022, solicitação de tribuna livre da Presidente do Conselho Municipal do Idoso em Ananindeua. O Presidente em exercício, convidou a solicitante da tribuna livre, e devido a falta do seu comparecimento deu andamento a presente sessão. Ato continuo fez o chamamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com a convocação solicitada pelo Vereador **Daniel Lobato**, o qual falou que devido o ato da convocação já ter sido

resolvido, solicitou que viesse uma outra sessão para prestar esclarecimentos relevantes há outras situações. O Presidente em exercício perguntou para a Secretaria se ela iria se ater somente a questão do Tauapará. O Edil **Renato Junior** pediu-lhe que viesse o mais breve possível prestar os esclarecimentos devidos e apresentasse no momento do cronograma da iluminação Publica, ramais e outros. A Secretaria **Kiara Campbell** garantiu que nunca havia se recusado de dar nenhuma explicação, sendo que os serviços não eram fáceis devido ao inverno, pois o Vereador **Jose Nildo** já tinha sido Secretário de Infraestrutura e era conhecedor dos fatos. Colocou-se a disposição de todos para qualquer eventualidade. O Vereador **Daniel Lobato**, disse que esse seria a oportunidade de ser falado o que de fato estava ocorrendo. Na sequência o Vereador **Renato Junior** falou que andava bastante nas comunidades e o Tauapará era bastante sofrida, haja visto a culpa não ser da gestora, mas de certas Secretarias que estavam deixando a desejar; assegurando que tais questionamentos eram feitos, por ser Vereadores de todo o Município de Colares. O Edil **Marcos Jorge** chamou atenção para que seguissem o Regimento Interno da casa, porque a Secretaria não estivesse se sentindo há vontade para responder os questionamentos que viesse em outro momento prestar os devidos esclarecimentos. O Edil **Rômulo Robson** garantiu que a Secretaria tinha trinta dias para vir novamente, caso não comparecer, chamaria a terceira vez e se não ocorresse poderia ser forçado o seu comparecimento através dos órgãos competentes e que os seus pares se a tratassem ao tempo da convocação, porque era obrigada o seu comparecimento, pois no Tauapará não tinha sido feito na integra o serviço de Iluminação Publica. A Secretaria, falou que o serviço na comunidade de Tauapará tinha sido realizado e o Vereador **Roberto Junior** já chegou no maio do percurso e constatou em loco que estava sendo feito, mas que devido as fortes chuvas a natureza já tinha destruído e precisava novamente de um novo trabalho. Quanto a iluminação Publica tinha que ser criterioso porque não poderiam trabalharem com eletricidade num período chuvoso e o que ainda não tinha sido resolvido, seria feito posteriormente, porque não poderia expor os funcionários ao perigo. O Vereador **José Nildo** afiançou que no final da vila não tinha iluminação publica e no Tauapará não haviam resolvido muito, perguntando-lhe se planejava colocar tubulação nos ramais que encontravam-se necessitados e seguir com o serviço de iluminação publica. Obteve como respostas que o serviço de iluminação não iria se comprometer, porque todos os lugares deveriam serem olhados com carinho, porque devido ao tempo chuvoso, o trabalho não iriam aparecer, porque a agua iria levar tudo. Prontificando-se em aguardar o próximo chamamento para mostrar relatórios. O Vereador **Renato Junior** pediu para a Secretaria

que pudesse estar trazendo em caráter de urgência o relatório de serviços e cópias de contratos dos serviços e empresas contratadas e relatórios da iluminação pública. O Presidente em exercício falou que iria pautar uma nova convocação com os novos assuntos. A Secretaria agradeceu com a oportunidade e colocou-se a disposição do Legislativo. NA HORA DO GRANDE EXPEDIENTE, usando a palavra o Vereador **Roberto Junior** informou que havia mandado fazer a limpeza da localidade de Mocajatuba e também iria doar dez lâmpadas no começo do mês para o Executivo mandar repor alguns pontos apagado da iluminação pública. Pediu novamente a quem de direito a limpeza e iluminação pública da comunidade de Tauapará. Solicitou também a Secretaria de Cultura Esporte e Lazer, através da Prefeita Municipal que estivesse promovendo nesse ano o campeonato Rural, porque o povo gostava do evento. Afiançou que já se faziam mais de quarenta e cinco dias que havia pedido a Secretaria de Infraestrutura a limpeza e roçagem do ramal de Santo Antônio a Itabocal, por ser o momento oportuno devido não ter o trajeto de pessoas pelo o local devido a obra da ponte ate a presente data nada havia sido feito e se não fosse tomado providencias o trecho iria fechar. Solicitou ao Secretário de Abastecimento e pesca, para que viesse nesse poder prestar esclarecimentos de sua atuação a frente da referida Secretaria, porque não estava correspondendo com o anseio do povo. Assim como a recuperação do mercado municipal da localidade de Mocajatuba que a tempo pediu e nada foi feito. Com a palavra o Vereador **Jose Nildo**, associou-se a fala de seu par com relação a recuperação do Mercado Municipal da Localidade de Mocajatuba. Quis saber o que estava ocorrendo na Escola Municipal de Juçarateua que estava faltando cadeiras e mesas, por encontrarem-se na localidade de Mocajatuba e que não haviam sido entregue por falta de pagamento ao fabricante, relato de uma mãe de aluno neste particular. Pedindo a comissão permanente de Educação na casa que pudesse estar averiguando essa situação, porque havia uma turma que estava sem estudar por falta de assento. Falou ainda que a Escola Municipal Donatila Barrega, estava com suas turmas funcionando em uma casa alugada, que não oferecia condições aos alunos assistirem aulas. Sendo que a Prefeita falou que havia emendas para a reforma das Escolas, o que não estava ocorrendo. Pediu aos órgãos competentes que fizesse um serviço de recuperação na ponte da comunidade de Candeuba que algumas peças estavam quebrando. Disse ainda como não bastasse o inverno forte, ainda não tinha visto nenhum maquinário trabalhando no ramal de Juçarateua a Guajará que encontrava-se intrafegável, assim como os demais ramais, pois o ônibus Escolar não estava mais adentrando na comunidade de Mãe Rita, não sendo indiferente na localidade de Maracajó que algumas casas estavam indo ao fundo e que posteriormente se não houvesse

um trabalho emergencial não iria mais passar transportes, fazendo seu apelo a Secretaria de Infraestrutura para que recuperasse as partes mais críticas com intuito de ser amenizado toda problemática. Por questão de Ordem o Vereador **Rômulo Robson**, informou que o Deputado Estadual Orlando Lobato havia destinado uma emenda parlamentar no valor de oitenta mil reais para a reforma da Escola da localidade de Guajará, no entanto este Edil e a Prefeitura Municipal estiveram na SEDUC para ver o que de fato estava ocorrendo, foram informados que devido uma pendencia no referido órgão com relação a falta de conclusão da Escola Estadual Lucíola Brasil, a Prefeita teve que fazer um novo processo através do MP e Prefeitura Municipal para darem andamentos nessas obras. Assim como o Palco Municipal que também entrou em inadimplência, por não haver o sumidouro e ter processo na Secretaria de Meio Ambiente do Estado. Pediu ao seu par que pudessem averiguarem junto a comissão permanente de educação, porque se a casa alugada não oferecesse condições ao alunado, tomariam providencias cabíveis. O Vereador **Renato Junior** com a palavra, relatou que a obra da ponte de Santo Antônio era inadmissível que a Prefeita notificasse somente agora a Empresa que já havia recebido cento e sete mil reais da Prefeitura e somente o baldame estava feito, entendendo que a Empresa estava brincando porque já havia perdido todos os prazos. Quis saber porque pagaram a empresa se ela não tinha nada na obra? Enquanto isso o povo estava sofrendo porque estavam brincando com o dinheiro publico. Quanto aos ramais, houvera o pregão eletrônico em janeiro no valor de quatrocentos e dezessete mil reais, contrataram empresas e maquinários, porem eram sabedores das situações climáticas, mas a mesma empresa que tinha vários processos de dispensa, causava-lhe estranheza, porque sabia das dificuldades e se não dava para fazer, porque o contrataram, deveriam ter guardado o recurso para o trabalho ser feito no período do verão. Pedindo para Secretaria de Infraestrutura que chamasse o Engenheiro para que os serviços fossem feito de maneira correta e todas as áreas fossem mapeadas que precisassem de melhorias, porque do jeito que estava iriam continuar com as maquinas sucateadas. Disse ainda que se tivessem feito um trabalho paliativo na localidade de Maracajó, não teria ocorrido o episodio, porque a casa do cidadão ficou inundada. Portanto que aplicasse os recursos de maneira correta e que também fosse concluído o posto de Saúde da comunidade de Santo Antônio do Tauá Pará, porque faltava bem pouco pra sua conclusão, haja visto que o medico estava atendendo os pacientes em uma sala de aula improvisada. Pediu que fosse enviado Oficio ao Secretario para que informasse a real situação do concurso Publico no Município e que incluísse nas vagas técnicos agrícolas e Engenheiro Florestal. Oficializasse também pedindo informações

há respeito da obra do Hospital Municipal, para que fosse realizada o quanto antes para suprir os anseios do povo. Até porque estavam aqui para somar e não denegrir a imagem de ninguém. O Vereador **Rômulo Robson**, falou ao seu par que até o mês de julho o PCCR do Concurso Público estava sendo encaminhado para a Câmara Municipal e somente assim poderiam ver as disponibilidades das vagas. Tomou posse da palavra o Vereador **Marcos Jorge** – líder do governo na casa, assegurou que já morava na localidade de Maracajó há muitos anos e a situação da rua afetava pela enchente também já se perdurava por muitos anos, porque ninguém aceitava que atravessasse a rua por ficar muito baixo. Sendo que a culpa não era da Prefeitura Municipal, porque as moradias não teriam sido edificadas com critérios e pela inocência dos moradores isso estava ocorrendo. Até porque já havia encaminhado ofício aos órgãos competentes pedindo tais reparos em caráter de urgência. Falou também que a entrada da localidade de Maracajó estava se deteriorando, porém acreditava que até o mês de julho o serviço de recuperação seria feito, antecedendo os festejos do Divino Espírito Santo. Entendendo que tudo seria resolvido, porque perto de muitas cidades, as coisas não estavam acontecendo com gravidade, pois este Edil sempre estava cobrando da Prefeita e Secretária de Infraestrutura, de forma sensata e pedia novamente que estivesse olhando com carinho para todas as situações precárias do Município. Com os ramais, eles estavam todos estourados e não tinha uma pessoa mais interessada em resolver essa problemática do que a Prefeitura, porque lhe causava preocupação. Concordava que não fosse feito nada nesse momento, pois tinha sido Secretário de Infraestrutura em gestões passadas e sabia que qualquer obra nesse momento, seria dinheiro jogado fora, devendo-lhe aguardar o momento certo para os trabalhos e se não ocorresse o povo teria todo o direito de cobrar, porque acreditava que a Prefeita tinha todo o interesse em resolver essa situação. Afiançou que todos os contratos seguiam uma base legal e tudo obedecia os trâmites legais, porque todos queriam ver as coisas acontecerem. Portanto a ponte de Santo Antônio seria entregue para a trafegabilidade, mas se não acontecesse o Ministério Público já teria sido provocado. Portanto a Administração Maria Lucimar estava sendo verdadeira e não tinha vindo para brincar de ser Prefeita e sim mostrar de fato o que desejava fazer, pois quatro anos era muito pouco para uma gestão fazer muitas coisas em prol do Município. Por questão de ordem o Vereador **Jose Nildo** falou que se entristecia quando o Vereador falava que não dava pra fazer nada, porque na gestão passada este Edil como Secretário de Infraestrutura havia conseguido destravar os pontos críticos dos ramais, porque onde não dava para colocar pedra, que colocasse capa de curvão e se for para trabalhar dava sim para fazer algo, porque há três

anos atrás a situação teria sido bem pior e conseguiram resolver em oitenta por cento a problemática e os ônibus escolar voltaram a circular e agora não estavam nem a metade comprometidos. Passado os trabalhos para a PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA, fez uso da palavra o Vereador **Daniel Lobato** garantiu ser preocupante o momento que estava se passando e ate vergonhoso, porque tinham sido coisas que a gestão passada havia deixado para o Município e não iria se calar para essas situações, entendia a Secretaria de Infraestrutura porque as maquinas estavam paradas. Mas que não aceitaria o ocorrido na localidade de Maracajó como algo normal, somente porque teria privilegio politico. Sendo que faltava planejamento no Município, porque tinha emendas de um milhão e maio e não haviam feito nada, e teriam que reverem alguns fatores, porque se não tivesse como fazer que dessem uma justificativa ao povo. Sendo um absurdo porque fiscalizava Postos, Escolas, Ponte do Santo Antônio e continuava sem soluções, porque se a empresa não fez, porque não tiraram, porque o povo e que sofre. Ate porque este Edil se diz situação, mas era do lado do povo, pois havia um Secretario de Planejamento que não planejava nada e a gestão atual estava pior que as outras, porque o Prefeito passado não fazia porque tinha uma Câmara que encobria, porem o povo já sabia quem era quem. Questionou também há respeito da Merenda Escolar, que estavam dando mingau para as crianças. Assegurando que estava neste poder porque o povo tinha colocado e somente eles poderiam retira-los. Esperando que o mais rápido possível fossem resolvidos os problemas, porque acreditava em dias melhores, e no momento ninguém sabia mais quem que mandava. Por de ordem o Vereador **Renato Junior** parabenizou a atitude do seu par **Daniel Lobato** pois as maquinas contratadas estavam todas quebradas, quis saber o porque de pegarem se estavam paradas? Sendo que da ultima vez preferiram alugar uma caçamba ao invés de comprar o pneu, porque depois que acabar o mandato os maquinários iriam embora. Portanto deveriam concertar para darem estrutura para a Secretaria trabalhar, porque era muito fácil cobrar, mais a Prefeita não dava condições e a Empresa contratada deveria ser cobrada, porque haverá uma dispensa de licitação para a realização do feito. O Vereador **Daniel Lobato** falou que a secretaria de infraestrutura era uma bomba, principalmente por conta do inverno ter sido intenso e a Secretaria não tinha estrutura para trabalhar. O Vereador **Renato Junior** sugeriu que deveria haver uma conversa com o Executivo para que fosse amenizado a situação do bairro do jangolândia, maranhense e bacuri, que estavam bastante precários. Fazendo uso da palavra a Vereadora **Alcinara Martins** assegurou que não estava pra retratar ninguém, porque juntos poderiam resolver as situações e não botar ninguém pra cristo. Ate porque Vereadores tinham forças para

intervir, ate porque tinha havido uma dispensa de licitação. O normal seria cobrar que arrumassem a casa, porque a ponte era o foco pelo acesso rápido. Haja visto que tinha provocado a Empresa prestadora de serviço, mas não tinha se sentido satisfeita e estava fazendo seu papel, pois havia se reportado ao procurador do Município e CPL e o ultimo prazo para conclusão da obra seria dia trinta de maio. Dessa forma buscou pelo Ministério Publico por essas e outras situações e se tratar de dinheiro publico e tinha que ser fiscalizado. Porque o Promotor poderia notificar a Empresa e desse prioridade para aquela que tivesse referencias para a conclusão das obras. Ate porque ouviu do engenheiro que ele não era baba de ninguém. Dessa feita também teriam outras obras que precisavam ser acompanhadas. Todavia agora eram sabedores que a obra estava indo de vento em polpa. Falou ainda que o ramal da comunidade de Santo Antônio estava intrafegável, pedindo para a Secretaria de infraestrutura olhasse com carinho para que as crianças não perdessem aula, porque a Prefeita tinha feito o papel dela e a Secretaria terminasse os tramites. Rogou a Secretaria de ação e Promoção Social que desse seriedade para o casamento comunitário que estava vindo ao Município através do Deputado Estadual Hélio Leito e deliberado pelo Governador do Estado. Informou aos seus pares que no dia trinta de junho seria a abertura do campeonato rural na localidade de Mocajutuba, convidando a Prefeita Municipal para que estivesse providenciando os serviços em loco, para a estrutura do mesmo. Ao concluir, queixou-se da atendente do Cad Único 'para que fosse remanejado porque não condiz com a realidade e as pessoas que procuravam pelo serviço necessitavam de uma melhor acolhida, porque a maioria eram moradores da zona do meio. Na ótica de sua oratória o Vereador **Rômulo Robson** falou ao Vereador **Daniel Lobato** que hoje era o Vereador mais votado e não compactuava, coagia e sempre dava a sua cara a tapa para conseguir algo para o Município, porque no Executivo nem tudo estava encubado para o Vereador, pois na legislatura passada vários pedidos de informações foram pedidos e não tinham sido repassados e estava neste poder para somar e buscar melhorias, porque era muito fácil ir pro Legislativo e mostrar defeitos, quando que deveriam irem em busca de soluções, como exemplo este Legislador que juntamente com o Sr. Jamaica tinham ido em busca de informações concernente ao lixão e ponte de Santo Antônio, que o ultimo pelar já estava sendo concluído. Assim como o contrato de sete de janeiro tinham feito a justificativa com respaldes. A Secretaria havia notificado extra- judicialmente para que não houvesse erros no contrato seria penalizada. Disse ainda que havia pedido a inscrição da Medica de Jenipauba da Laura que já estava há quase um ano ausente e mesmo diante dessa situação a Prefeitura não poderia ser omissa. Perguntou aos Edis quando em dois mil e vinte e dois